

Jovens universitários e o trabalho precário*

Katiuci Pavei¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo² discute a relação entre os jovens e o trabalho, em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho. Fomentada a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, realizada especificamente com jovens universitários, visou-se a compreender os significados construídos por eles com relação ao trabalho precário.

Palavras-chave: Jovens; universitários; trabalho precário.

Abstract

This article discusses the relation of young people with work in a context of deep transformations in the working world. Such a discussion stems from a quantitative and qualitative research, focusing specifically on young university undergraduate students, trying to understand their view of precarious work.

Keywords: Young people; university undergraduate students; precarious work.

* Young college students and precarious work

¹ Endereço para correspondências: R. Espírito Santo, 219/46, 90010-370, Porto Alegre, RS (e-mail: katiucipavei@uol.com.br).

² Pesquisa realizada em 2000-2001, sob a orientação do professor Antonio David Cattani, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Introdução

A pesar da disputa entre os que valorizam e os que renegam a centralidade do trabalho, é incontestável que o exercício ou não da atividade laboral repercute profundamente na vida de cada pessoa e na sociedade. O trabalho ultrapassa a idéia de emprego (CASTEL, 1998), sendo assim, a condição de não-trabalho simboliza a negação de todo o significado formador e transformador (individual e social) que o trabalho tem.

A própria autonomia, entendida como a faculdade do indivíduo de autogovernar-se, constituindo-se como sujeito histórico, condição que “opõe-se à dependência, no sentido de submissão, de avassalamento” (CATTANI, 1996, p.147), pode ser conquistada pelo trabalho.

De modo mais profundo, o trabalho em muitas culturas apresenta-se como rito de passagem da condição infanto-juvenil dependente à condição adulta autônoma. Tal transição marca fases de vida diferentes, podendo se dar da infância diretamente para a vida adulta, como é, por exemplo, nas culturas indígenas, ou ainda passando por uma fase intermediária, nomeada como adolescência e juventude, como acontece nas culturas ocidentais. Assim, as nomeações de fases de vida, como infância, adolescência, juventude, vida adulta, velhice, que fazem parte da cultura, são categorias com visibilidade social criadas pelos grupos e que têm suas definições, tempos de duração e significados variáveis no tempo e no espaço (ABRAMO, 1994; ROSEN MAYR, 1968).

Na sociedade, de modo geral, espera-se que no período da juventude as pessoas façam seus projetos de vida e, para que eles possam se realizar, que os jovens utilizem essa fase para desenvolver algumas aptidões e fazer suas escolhas profissionais. No entanto, os jovens não constituem segmento homogêneo, delimitado pelo fator etário e com características universais. Ao contrário, não há juventude e sim juventudes, entendidas como “agregados sociais com características continuamente flutuantes” (CARRANO, 2000, p.12). Assim, é equivocado afirmar que os jovens brasileiros são de tal forma ou pensam e agem de tal maneira (esse pensamento guia muitas iniciativas políticas), ou seja, forjar uma identidade única que englobe todas as diferenças culturais, sociais e econômicas que compõem a variabilidade de modos de vida no Brasil.

Então, se não há um modelo padrão de jovem, conseqüentemente, quanto à questão do trabalho, há variações das imagens e dos significados do trabalho e do trabalhador, bem como atitudes diferenciadas frente à condição de estar ou não trabalhando. Apesar dessa variabilidade de olhares juvenis sobre o trabalho, em contextos culturais diversos, o trabalho é um dos âmbitos mais importantes, no qual se desenvolvem as relações entre gerações. É por meio dele que se acentuam os mecanismos de socialização para a vida adulta, além de se desenvolverem processos de reprodução econômica e social (CHIESI e MARTINELLI, 1997).

Transformações no mundo do trabalho e o segmento juvenil

A partir da segunda metade do século XX, com a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, a implantação da doutrina neoliberal e o processo de globalização dos mercados financeiros e de capitais, o mundo do trabalho passou a sofrer profundas, rápidas e sistemáticas transformações.

Para Ianni (1996), a principal característica do mundo do trabalho hoje é o fato de ele ter se tornado global. Globalizam-se novos e antigos problemas: o desemprego (DEDECCA, 1996; MATTOSO, 1999), o *desassalariamento* (POCHMANN, 1998), a *terceiromundização* de cidades do Primeiro Mundo, a generalização do preconceito (cor, sexo, idade, dentre outros), a formação da *subclasse* (IANNI, 1996), a *nova pobreza* (CATTANI, 1996), a exclusão. Na esfera produtiva, ampliam-se os postos temporários, os terceirizados, os flexibilizados, concomitantemente com sistemas de trabalho mais antigos como o infantil, o escravo, o servil, o doméstico, o artesanal, o familiar, o patriarcal, o paternalista, o clientelista, além do aparecimento e da disseminação do trabalho precário.

O trabalho precário representa uma degradação do próprio trabalho e do trabalhador, principalmente do trabalho na forma de emprego, que é historicamente cunhado por direitos sociais. Esse tipo de atividade precária apresenta características relacionadas à ampliação da desregulamentação, sobretudo quanto à perda de direitos adquiridos pelos trabalhadores, presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT de 1946), e às condições pioradas de trabalho. Para ilustrar isso, serão apresentados alguns aspectos gerais e tópicos relacionados.

Quanto ao vínculo empregatício (contrato), há predominância dos por tempo determinado e por empresa, individual e unilateral, ou ainda sem contratação, o que provoca alta rotatividade. Também não há proteção contra demissão arbitrária (sem justa causa) e proibição de discriminações (salarial, funcional e de admissão). Além do não-registro em carteira, também não são disponibilizados os serviços e benefícios previdenciários (como licenças, auxílios e seguros) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Já os pagamentos são considerados sub-remunerações, tais como por produção por serviço ou tarefa, por hora e comissões, havendo também casos de não-recebimento, como nos trabalhos voluntários, realizados para membros da unidade domiciliar ou para instituições. Também não há garantia de décimo terceiro salário e de adicionais por atividades noturnas ou especiais (penosas, insalubres, perigosas), além das horas extras.

As jornadas, em geral, são marcadas pela intensidade e indefinição, sem o parâmetro de 44 horas semanais, com um dia de repouso garantido por lei, enquanto as condições de trabalho muitas vezes não têm estrutura básica, expondo o trabalhador a riscos diversos.

Nesse quadro, as relações de trabalho acabam ficando “deterioradas” (MATTOSO, 1999), uma vez que o incentivo é dado à competitividade extrema, com diminuição de solidariedade e o surgimento de falsas cooperativas de trabalho, alimentando o individualismo (cada um por si) e a não-participação coletiva (em movimentos sociais como sindicatos).

Alguns autores nomeiam e caracterizam o trabalho precário da seguinte forma: instabilidade, vulnerabilidade, submissão, precariedade, dependência, heteronomia, *situação de moratória* (BAJOIT e FRANSSEN, 1997), *degradação social e individual* (CATTANI, 1996), *socIALIZAÇÃO DO TRANSITÓRIO* (MOLITOR, 1987, apud BAJOT e FRANSSEN, 1997), *provisório-permanente* (CATTANI, 2000).

O trabalho precário, portanto, é *alicerçado na instabilidade*, aliás, a expressão parece contraditória, mas foi utilizada propositalmente. O trabalho como base de sustentação material, afetiva, psíquica, moral, social, ou seja, o alicerce no desenvolvimento do ser individual e social, passa a ser construído em terreno instável, que a qualquer momento pode sofrer abalo, e se destruir tudo o que foi concretizado.

Sobre essa situação, Castel (1998, p.515-516 e 526) apresenta um olhar crítico e desolador:

Esse processo parece irreversível [...] a maioria das novas contratações é feita segundo essas formas [...] Parece também que o processo se acelera. [...] o problema atual não é apenas o da constituição de uma “periferia precária”, mas também o da “desequilíbrio dos estáveis” [...] a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1997, um terço da PEA mundial, ou seja, quase um bilhão de trabalhadores aptos a trabalhar, viviam em subutilização da capacidade de trabalho, sendo que esse número ampliou-se para cerca de um bilhão e duzentos milhões em 1999³.

Configura-se, segundo Castel (1998), um processo no qual certos indivíduos e grupos são “des-ligados” das redes de sociabilidade e de integração social intrinsecamente relacionadas ao trabalho⁴. Para Cattani (1996, p.67-68), tal fenômeno é marcadamente degradante e pode ocorrer em dois níveis: social, caracterizado pela “deterioração das condições econômicas e sociais [...] com o conseqüente rebaixamento do status relativo”, e individual, mediante a “deterioração humana, física e moral”.

Entre as principais vítimas dessa conjuntura estão os jovens. As altas taxas de desemprego, somadas à reestruturação do mundo do trabalho, modificam a inserção juvenil na esfera produtiva, que se dá por formas cada vez mais precárias. Nas últimas décadas, ampliaram-se as barreiras de acesso ao primeiro emprego e de manutenção na ocupação juvenil, além das exigências de maiores qualificações e de experiência, representando a permanência da instabilidade da fase inicial.

Vale apresentar alguns dados para ilustrar a situação⁵. De modo geral, no Brasil, durante o período de 1980 a 1997, a distribuição da população juvenil (18-24 anos) sofreu as seguintes modificações:

³ Professor Ricardo Antunes, em palestra proferida no dia 4 de setembro de 2000, em Porto Alegre/RS.

⁴ Os estudos de Castel (1998) são importantes na análise da crise do Estado de Bem-estar e suas conseqüências no contexto francês, servindo também para pensar sobre a realidade atual brasileira.

⁵ Os órgãos de pesquisa convencionam as categorias de atributo pessoal e composição, por exemplo, jovens ou população juvenil, em suas amostras para viabilizar seus estudos.

o desemprego foi multiplicado por 3,6 vezes, a ocupação foi reduzida em 14 % e a inatividade cresceu 0,7 % (POCHMANN, 2000). Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no ano de 2003: o tempo de duração do desemprego juvenil igual ou superior a um ano atingiu 31,3% e a proporção de desempregados sem experiência anterior (geralmente jovens) era de 32,8% (BASTOS, 2005). Já em junho de 2005, um em cada quatro jovens estava desempregado na RMPA (PED-RMPA, 2005).

Os jovens em situação precária tendem a ver o trabalho não mais como útil socialmente, muito menos como fonte de auto-realização, mas sim como um “bico” que lhes proporciona algum ganho. Nesse sentido, por não conquistarem as atividades desejadas, os jovens sofrem um processo de “desestruturação de suas referências identitárias” (BAJOIT e FRASSEN, 1997, p.81).

A natureza do trabalho é um conjunto integrado ao projeto de vida, contudo, diante das transformações nas esferas política, econômica, produtiva, dentre outras que engendram a instabilidade atual, prolifera-se certo pessimismo juvenil. Muitos jovens “[...] sentem o mundo adulto com desconfiança, falta de expectativas elevadas, esperanças ou sonhos” (KENISTON, apud CAMPOS, 1990, p.33).

Como os jovens, diante desse quadro negativo e com a possibilidade de ter a “precariedade como destino”, nos dizeres de Castel (1998, p.528), vêem sua própria autonomia e o trabalho precário?

Investigação

Os dados que serão parcialmente apresentados resultam de uma pesquisa realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com jovens de idade entre 18 e 25 anos, universitários da rede particular de ensino, próximos da conclusão do curso e que viviam sob a condição de não-auto-suficiência (PAVEI, 2001).

Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas fechadas e abertas. Por meio desse material, destacaram-se alguns tópicos relacionados à questão do trabalho diante dos fenômenos do desemprego e da precarização⁶.

⁶ Foi feita a análise de 40 questionários. É importante destacar que, por questão de ética, os nomes dos entrevistados será mantido em sigilo, sendo eles identificados por iniciais do sexo, ou seja, M (masculino) e F (feminino) e das respectivas idades.

Os estudantes entrevistados eram, em sua grande maioria, de famílias de classe média. A renda média familiar foi de R\$2.330,00, aproximadamente 12,9 salários mínimos. Parte da classe média não está conseguindo manter seu padrão de vida, uma vez que é afetada negativamente pela dinâmica política, pelas oscilações conjunturais e pelo processo de reestruturação econômica. Isso foi observado na comparação feita entre o padrão econômico familiar atual e o da infância, pois, para metade dos estudantes, houve permanência ou piora que atinge um em cada cinco deles.

Corroborar uma situação de instabilidade a afirmação da maioria dos entrevistados de que não receberão respaldo financeiro dos pais, por exemplo, na forma de herança. Geralmente, o maior bem herdado pelos filhos das famílias com esse poder econômico é a formação institucional.

Apesar de dados e estudos demonstrarem desvalorização dos diplomas e dos certificados de formação tradicionais, fazendo com que vagas que não exigem qualificação muito elevada sejam preenchidas por jovens com “algum tipo de qualificação profissional” (POCHMANN, 1998, p.57), é mantida como a principal estratégia familiar e dos próprios jovens a qualificação mediante o prolongamento dos estudos. Aproximadamente um em cada cinco entrevistados tinha a pretensão de continuar, após a conclusão do curso superior, dedicando-se exclusivamente aos estudos, em pós-graduações ou outra graduação. Tal qualificação é entendida como garantidora de uma suposta maior e melhor empregabilidade, juntamente com a realização profissional e a obtenção de um padrão de vida melhor.

Trabalho e autonomia

Trabalhar não é algo inédito para esses jovens, sendo que dois em cada três estudantes já trabalhou ou estava trabalhando. As ocupações, de modo geral, eram instáveis (estágios, bolsas de estudo, trabalhos temporários) e as remunerações, baixas ou inexistentes. Dos que estavam trabalhando no momento da pesquisa, apenas um em cada três exercia trabalho remunerado, com rendimento médio de R\$352,00 (aproximadamente três salários mínimos na época). Os demais estudantes (66%) eram trabalhadores “voluntários”, condição muitas vezes imposta para aqueles que estão em “processo de formação”.

Os trabalhos realizados e os atuais são vistos como preparação para a verdadeira profissão, aquela ensejada pela qualificação superior, além de serem fonte de alguns ganhos. No entanto, os ganhos são insuficientes para promover o auto-sustento do jovem e utilizados, geralmente, no consumo próprio com diversão, vestuário e produtos ou serviços referentes à faculdade (materiais, informativos, locomoção, alimentação).

Assim, os pais continuam sendo os responsáveis financeiros da grande maioria desses estudantes, sendo que nove em cada 10 jovens continuavam morando com eles. Nesse sentido, a coabitação prolongada provoca rearranjos no âmbito das relações familiares, principalmente quanto ao controle exercido pelos pais sobre os filhos, que se, por um lado, não eram mais crianças, por outro lado, ainda tinham dependências econômicas e afetivas. Aspectos relacionados às liberdades, como sexual, de diversão, de faculdade, atravessadas por questões de gênero, foram os mais destacados. Percebeu-se que dois em cada cinco entrevistados afirmaram ter liberdade total em casa, assim, o fato de morarem com os pais não prejudicaria suas autonomias.

No entanto, vale destacar que mais moças do que rapazes expressaram desejo de ser auto-sustentados. Segundo Salem (1980), os rapazes desfrutaram de mais liberdade em casa, já, para as moças, a independência financeira é encarada como recurso utilizado para viabilizar simbólica ou virtualmente a conquista da autonomia plena almejada e a afirmação como pessoa independente do núcleo familiar.

Esse fenômeno de ampliação do tempo de morar com os pais e depender economicamente deles é apresentado por Rosenmayr (1968) como um grande *tipo de puberdade sociocultural* denominada *adolescência prolongada*, que abrange aqueles que têm a oportunidade de estudar mais, possibilitando uma formação de nível profissional e cultural elevada.

Sposito (1997), ao destacar a tendência na Europa de alongamento da faixa etária juvenil até os 29 anos nos estudos estatísticos, demonstra que esse fenômeno não se restringe ao Brasil. Segundo a autora,

Esse alongamento tem sido tratado como um desafio para a investigação, revelador de uma nova fase – a pós-adolescência – que estaria configurando um período de latência ou de moratória social,

pois o jovem, ao concluir sua escolaridade, não consegue se inserir nas atividades profissionais do mercado de trabalho forma (SPOSITO, 1997, p.39).

De acordo com um em cada três jovens, a autonomia financeira estaria sendo mais difícil de ser conquistada. A maior privação de liberdade destacada pelos entrevistados foi relacionada às despesas. Os empecilhos que estariam atrapalhando essa conquista seriam tanto de nível estrutural quanto pessoal, esse último relacionado à vontade própria.

As principais causas estruturais apresentadas vêm ao encontro de o que realmente está ocorrendo no mundo do trabalho, como: a) o desemprego, b) o desassalariamento, c) as maiores exigências de qualificação, d) a diminuição das liberdades do trabalhador, e) o não ou pouco incentivo estatal, f) o diploma superior como não-garantia de trabalho, g) a precarização do trabalho.

Observa-se, em alguns dos estudantes, um realismo crítico expresso, por exemplo, nesta fala: “A realidade está complicada: talvez isso irá interferir [interfira] na minha vida profissional” (F, 24).

Todavia, há jovens que acreditam em melhora e na conquista da independência e autonomia. Nesse sentido, foi destacado que o profissional precisa estar atento e preparado para lutar por seus direitos de questionar e discutir em prol de sua liberdade. Assim, a autonomia é entendida como conquista, como nas palavras de uma estudante: “Em um trabalho com mais possibilidades se ‘cria’ autonomia” (F, 21).

O trabalho com mais possibilidades é aqui entendido como aquele que não tem as características do trabalho precário, sendo que o trabalho precário não geraria autonomia plena e segura, uma vez que o trabalhador se manteria em uma condição de grande instabilidade. Essa idéia é ratificada na fala de uma entrevistada: “Exercendo um trabalho precário, não existe autonomia” (F, 21).

Trabalho precário

Quanto ao trabalho do tipo precário, alguns entrevistados resumiram suas opiniões em palavras carregadas de conotação negativa: “exploração” (F, 24); “terrível” (F, 23); “um caos” (M, 25); “horrível” (F, 23);

“um atraso” (F, 23); “ruim” (F, 24); “perigoso” (F, 20); “não é bom” (M, 22); “não acho legal” (F, 21); “prejudica e desvaloriza” (F, 21); “acaba afetando a nossa vontade de exercer aquilo que estamos fazendo; [o trabalhador] começa a se sentir desestimulado” (F, 23); “baixa da qualidade do trabalho” (F, 23); “deixa as atividades deficientes, com falta de planejamento, pois, como planejar se não será viável fazê-lo?” (F, 24).

Percebe-se que a maioria dos entrevistados tem olhar crítico acerca da degradação que o trabalho precário provoca tanto na atividade realizada quanto no próprio trabalhador. Imaginava-se que o segmento universitário se posicionaria, veementemente, contra as possibilidades de exercício de ocupações precarizadas, devido a um *conjunto circunstancial*, constituído, dentre outras coisas, pelo privilégio de cursar o ensino superior e como decorrência da maior qualificação ser historicamente ocupante dos melhores cargos; pelo fato de ser reconhecido por seu senso mais crítico em relação ao senso comum; pelas (aparentes) maiores regalias, como o sustento (total ou parcial) sob a responsabilidade dos pais; e pela noção que muitos têm quanto aos obstáculos à conquista de sua autonomia.

No entanto, três em cada cinco desses jovens estudantes demonstraram aceitar trabalhos precários, apresentando a condição de não-imunidade a esse tipo de situação. Assim, a maioria desses jovens apresentou comportamento mais resignado em relação à possibilidade de realizar trabalhos precários. O comportamento resignado pode ser percebido sob diversas formas:

- a) Na renúncia de um em cada três entrevistados a trabalhar em sua área de formação, que para a maioria foi escolhida por gosto, em troca de um posto de trabalho, como apresentado na fala a seguir: “Mesmo não trabalhando na minha área, não hesitaria em aceitar um emprego inferior, uma vez que é preciso pagar contas” (F, 24).
- b) Na abdicação da escolha do local em que se quer morar por aquele onde há trabalho, como apresentou um em cada dez jovens.
- c) Na expressa aceitação do exercício de trabalhos precários, que, para alguns, apresentar-se-ia inexorável, conforme as falas: “Nos dias de hoje, fica meio difícil de escapar de um tipo de trabalho assim” (F, 22) e “É uma realidade do mercado de trabalho hoje. Na falta de opções melhores, acaba sendo uma ocupação válida” (M, 25).

- d) Na necessidade de se manter ou somente nos casos de necessidade. Assim, a necessidade é destacada como principal motivo para a aceitação, mas, por não haver consenso de o que seja necessidade, as possibilidades de aceitação de trabalhos precários ampliam-se.
- e) Na própria manutenção da condição de estudante universitário, que é pontuada como uma das causas de aceitação de trabalhos desse tipo.
- f) Na possibilidade de o trabalho precário ser *encarado* pelos jovens corajosos e audaciosos – contudo, o encarar entendido usualmente como afrontar, no sentido de *atacar de frente*, estaria sendo substituído, de forma não clara e consciente, pelo sentido de afligir-se, devido à aceitação e à submissão diante de um trabalho precário.
- g) No não-entendimento claro de o que é um trabalho tipificado como precário. Nesse sentido, tal fenômeno espalha-se, sem que parte desses futuros profissionais esteja ciente da realidade.
- h) No trabalho visto apenas em sua dimensão instrumental e, por exemplo, com a preocupação voltada apenas para o salário, sem levar em conta que a atividade seja *alicerçada na instabilidade* e sem nenhuma garantia de direitos.
- i) Numa preocupação maior com o reconhecimento profissional feito pelos outros, e não com a auto-realização.
- j) Num posicionamento indiferente quanto à questão.

Apesar desses sinais de existência de um comportamento resignado diante da precarização do trabalho e da aceitação desse tipo de trabalho, muitos jovens expressaram que essa condição seria temporária e que estariam sempre em busca de superá-la, conforme as falas: “Pensar mais e agir mais é muito importante” (F, 24); “...sempre buscando uma melhor oportunidade” (F, 23); “...sempre buscando algo melhor” (F, 21).

Já dois em cada cinco dos estudantes posicionaram-se contra a aceitação da realização de trabalhos precários, como se observa nas seguintes falas: “Não concordaria e nem faria esse tipo de trabalho” (F, 23); “Desse modo, não trabalharia” (M, 21); “Não cogito essa possibilidade” (M, 22); “Não exerceria tal trabalho, procuraria criar um trabalho para mim com dignidade” (F, 21); “Acho isso um abuso, quando me sinto explorada, me retiro do trabalho na primeira oportunidade cabível e arrumo outra função” (F, 19).

Esse posicionamento, que aqui se defende, pode ser entendido de duas formas. Por um lado, poderia estar relacionado à possibilidade de negação de ocupações que não estejam relacionadas com suas opções profissionais, devido à condição socioeconômica familiar. Nesse sentido, a família permanece com a maior parcela de responsabilidade financeira, enquanto muitos dos jovens prolongam a condição de estudante, ou seja, aquele que está se preparando para o trabalho e detém certos privilégios, até porque o *status de estudante* tem valorização mais positiva do que o *status de formado sem trabalho*, como destaca uma entrevistada: “A falta de estabilidade quando se é estudante é mais bem vista do que após formado, já que a cobrança familiar e social são altas” (F, 24).

Por outro lado, demonstraria resistência por parte desses jovens profissionais, que se refletiria numa luta em prol da realização pessoal, profissional e social, que, de modo mais profundo, criaria a autonomia plena. “Só existem trabalhos desse tipo porque, infelizmente, têm pessoas que se submetem a isso. As pessoas têm que aprender a lutar e a reivindicar os seus direitos, sem se submeter a trabalhos degradantes em troca de dinheiro (pouco ainda por cima)” (F, 25); “Não existe autonomia assim” (F, 23).

Conclusão

O trabalho precário, cada vez mais, passa de remota possibilidade a possível realidade. Nesses moldes, o trabalho perde sua função criadora, criativa da atividade e auto-transformadora do trabalhador, não gerando auto-realização profissional e pessoal. Tudo isso se une aos demais fatores, como a violência e o não-trabalho, corroborando esse quadro atual de instabilidade e medo que assombra a maioria dos brasileiros.

A condição juvenil, marcada na nossa cultura pela transitoriedade e incertezas, está se desvinculando de uma fase etária e passando a ser assumida como condição de vida. O que se buscou neste artigo foi apresentar alguns olhares juvenis sobre o viver atual e os projetos relacionados ao trabalho desses jovens, com destaque para suas autonomias, face às mudanças que vêm se dando no mundo do trabalho.

Por fim, em vez de uma conclusão fechada, já que a questão é complexa e vai muito além do que foi abordado aqui, propõe-se um questionamento que merece mais atenção dos pesquisadores sociais: o prolongamento das situações de dependência econômica e afetiva,

como estratégia que visa a melhor inserção dos jovens no mundo do trabalho; a não (ou baixa) participação juvenil em atividades coletivas, como grêmios estudantis e sindicatos; o entendimento do trabalho como sendo de responsabilidade individual, pelo sucesso ou pelo fracasso, não poderiam estar contribuindo para a subjetivação de indivíduos cada vez mais resignados e vulneráveis aos processos de precarização das condições de trabalho, que de certa forma também se estende à precariedade de suas vidas?

Referências bibliográficas

ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/ANPOCS, 1994.

BAJOIT, G. e FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, maio/jun./jul./ago. n.5 e set./out./nov./dez. n.6, p.76-95, 1997.

BASTOS, R. L. A.. Desemprego juvenil na região metropolitana de Porto Alegre. In: *Carta de conjuntura*, Porto Alegre: FEE, ano 14, n.1, jan. 2005.

CAMPOS, D. M. de S. *Psicologia da adolescência*. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

CARRANO, P. C. R. Juventude: as identidades são múltiplas. *Movimento – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, DP&A Editora, n.1, p.11-27, maio de 2000.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, A. D. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CATTANI, A. D. *Sem trabalho – sem autonomia*. Porto Alegre, maio de 2000 (Documento do trabalho).

CHIESI, A. e MARTINELLI, A. O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, maio/jun./jul./ago., n.5 e set./out./nov./dez. n.6, p.110-125, 1997.

DEDECCA, C. S. Desregulação e desemprego no capitalismo avançado. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v.10, n.1, jan./mar., p.13-20, 1996.

Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: EDUFSC, n.38, p.263-276, outubro de 2005

IANNI, O. *A era do globalismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MATTOSO, J. E. L. *O Brasil desempregado* – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. 2.ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

PED-RMPA. *Taxa de desemprego, por atributo pessoal, e composição da taxa de desemprego na RMPA – 1992/2005*. Tabela 3. Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 29 ago. 2005.

PAVEL, K. *Jovens e trabalho*: autonomia e prolongamento das relações de dependência. Relatório de Pesquisa – CNPq. Porto Alegre, julho de 2001. Pesquisa realizada de abril de 2000 a julho de 2000, com alunos da PUCRS, ULBRA e UNISINOS.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. *Movimento* – Revista da Faculdade de Educação da UFF, Niterói: DP&A, n.1, maio, p.52 -72, 2000.

POCHMANN, M. *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. Organização de Cláudio Salvadori Dedecca. São Paulo: ABET, 1998.

ROSENMAYR, L. A situação sócio-econômica da juventude de hoje. TEIXEIRA, N. J. de M. e FIGUEIREDO. L. C. (trad.) In: *Sociologia da Juventude I*: da Europa de Marx à América Latina de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1968, p.133-169.

SALEM, T. *O velho e o novo*: um estudo de papéis e conflitos familiares. Petrópolis: Vozes, 1980.

SPOSITO, M. P. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, maio/jun./jul./ago. n. 5 e set./out./nov./dez. n.6, 1997.

(Recebido em abril de 2005 e aceito para publicação em novembro de 2005)